

A destruição do homem: ensaio crítico contra-colonial sobre masculinidades negras periféricas

Luiz Phelipe do Nascimento Brito

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21136488>

Introdução às caminhadas

Ao longo da vida, fui atravessado por expectativas sociais de masculinidades nas quais muitas vezes não me reconheci. Essas imposições, que em outros momentos me produziram frustração e deslocamento, passaram a revelar também algo maior: a forma como determinados modelos de masculinidade, forjados historicamente em estruturas de poder, atravessam e adoecem muitos homens ao restringirem o acesso às próprias sensibilidades e subjetividades.

A masculinidade nas periferias brasileiras não se constitui a partir de princípios isolados de gênero, mas emerge num campo profundamente atravessado pela colonialidade do poder e do saber, que organiza, hierarquiza e territorializa experiências e corpos de maneira desigual (Quijano, 2000). Em contextos de exclusão estrutural e violência racializada, homens negros vivenciam uma tensão constante entre expectativas sociais de “força” e as marcas históricas de desvalorização, precariedade e vulnerabilidade. Essas experiências não são manifestações individuais de fraqueza ou falha moral, mas sim efeitos de estruturas sociais que reconfiguram subjetividades por meio de relações de poder e invisibilização epistemológica.

A perspectiva decolonial convida a deslocar o centro do conhecimento das tradições eurocêntricas para as experiências encarnadas nos territórios periféricos, reconhecendo que vozes e práticas subalternizadas carregam saberes legítimos capazes de desafiar e ressignificar categorias taxativas. Segundo Fanon (2010), o corpo negro não é apenas um objeto de representação, mas um locus de consciência histórica e experiência vivida, cujas marcas carregam os efeitos de um passado colonial ainda operante no presente. Para Gonzalez (2020), “o saber produzido a partir da matriz eurocêntrica tende a relegar à marginalidade outros modos de conhecer, especialmente

aqueles que emergem das experiências negras e subalternizadas”, evidenciando a necessidade de afirmar epistemologias que se originem da experiência periférica.

A colonialidade do saber e do poder, portanto, não apenas molda as representações sociais dos corpos periféricos, mas influencia diretamente as formas como as masculinidades são imaginadas e vividas. A ideia de “força” enquanto atributo de masculinidade hegemônico — centrada em dominação, contenção emocional e negligência afetiva — encontra eco em contextos onde a violência estrutural e a ausência de redes de cuidado naturalizam padrões de comportamento que se tornam tanto estratégias de sobrevivência quanto reproduções de opressão. No entanto, quando compreendemos a masculinidade a partir de uma lógica decolonial, torna-se possível deslocar a noção de força para uma dimensão que articula responsabilidade, cuidado e sensibilidade crítica. Como aponta Antônio Bispo dos Santos, os povos contra-colonizadores não apenas resistem ao sistema colonial, mas sustentam e recriam modos próprios de existir e se relacionar com o mundo. Nessa perspectiva, pensar masculinidades a partir de uma ética decolonial implica reconhecer formas de força que se expressam no cuidado, na coletividade e na preservação da vida.

Hooks (2004) propõe que a verdadeira transformação das masculinidades envolve o reconhecimento de que a força não deve ser sinônimo de dominação, mas sim vinculada à capacidade de amar, cuidar e responsabilizar-se pelo próprio sofrimento e pelo sofrimento alheio. Essa leitura altera radicalmente a forma como se entende masculinidade nas periferias: não como uma adaptação acrítica às normas patriarcais, mas como um campo de disputa e reinvenção em contextos de desigualdade. A periferia, então, surge não apenas como espaço de carências estruturais, mas também como lugar de invenção de práticas éticas e criativas de existência.

No Brasil, a experiência periférica negra é produzida por processos interseccionais de opressão racial, econômica e espacial que não podem ser analisados isoladamente. Costa Lima (1998) ressalta que a violência racializada configura modos específicos de socialização, que atravessam os cotidianos de bairros marginalizados. Assim, a masculinidade periférica negra não pode ser entendida sem considerar a história colonial, a precariedade material e as formas de resistência que emergem dessas condições, favorecendo a produção de subjetividade. A partir dessa perspectiva, o corpo não é apenas um suporte biológico, mas um campo de memória, disputa e criação de sentido — um local de escrivência, para além da mera representação social.

Ao trazer a periferia para o centro da análise, este ensaio propõe uma articulação entre teoria e experiência, evitando a armadilha de um discurso puramente abstrato. A relação entre o “eu” e o “outro” deve ser pensada como uma Poética da Relação, na qual a diferença não é um traço a ser assimilado ou dissolvido, mas uma potência que produz sentido no encontro e na coexistência (Glissant, 1997). Aplicada aos estudos sobre masculinidade, essa perspectiva nos convida a afirmar que diferentes maneiras de ocupar posições de afirmação de masculinidade — especialmente aquelas que emergem em contextos periféricos — não são anomalias, mas expressões legítimas de modos de existência que desafiam modelos hegemônicos. Essa compreensão está em consonância com pesquisas latino-americanas recentes que destacam a historicidade e pluralidade das masculinidades, mostrando como elas se articulam em relações específicas de raça, classe e poder, para além de uma lógica única de dominação (Vigoya, 2018).

Assim, este ensaio busca deslocar as categorias normativas usuais que definem masculino e forte, reivindicando uma visão que articule força e sensibilidade, responsabilidade afetiva e crítica histórica. A escrita aqui se propõe como gesto ético e político, que alia sagacidade analítica e atenção humana às dores e potências daqueles corpos atravessados pela colonialidade. Ao reconhecer a experiência periférica como forma de conhecimento, queremos não apenas descrever realidades dolorosas, mas também visualizar possibilidades emancipatórias, nos interstícios entre resistência, cuidado e autotransformação.

Portanto, é necessário entender a masculinidade não como um constructo monolítico tornado universal por discursos hegemônicos, mas como um campo de tensão em que diferentes histórias de violência, resistência e inventividade se encontram e se definem mutuamente. Este ensaio se situa, assim, na confluência entre crítica teórica e experiência encarnada, propondo um deslocamento epistemológico que legitime saberes periféricos e interroge as formas como a colonialidade continua a moldar os modos de existir e sentir dos homens negros na periferia brasileira.

Decolonialidade e masculinidades

A compreensão da masculinidade negra nas periferias brasileiras exige deslocar o olhar para a colonialidade do poder e do saber, conceito central para entender como estruturas históricas e epistemológicas moldam experiências de gênero e corpo. Segundo Quijano (2005), “a colonialidade do poder não se limita à dominação política e

econômica, mas permeia as formas de produção de conhecimento, classificando, hierarquizando e controlando os corpos e identidades”. Dessa forma, o que muitas vezes é interpretado como “fraqueza” ou “falha moral” nos homens negros é, na verdade, uma consequência direta das relações estruturais de subalternidade e racismo sistêmico que atravessam a sociedade brasileira.

O corpo negro é simultaneamente locus de opressão e de consciência histórica: marcado pelo colonialismo, ele carrega experiências que vão além da percepção individual, sendo continuamente reconfigurado por processos sociais e simbólicos que naturalizam a exclusão e a precariedade. Assim, a masculinidade periférica negra não pode ser compreendida apenas como um constructo individual; ela é atravessada por forças históricas, políticas e culturais que impõem limites e moldam comportamentos. Nesse sentido, Fanon (2010) sugere que o corpo negro não é apenas um receptáculo da opressão, mas também um agente de resistência simbólica. As experiências de dor, estigmatização e marginalização produzem uma consciência crítica que pode orientar práticas de cuidado, solidariedade e reconstrução identitária. Assim, a masculinidade periférica negra se configura como uma tensão dinâmica entre vulnerabilidade e afirmação, entre o peso histórico da subordinação e a capacidade de criar formas próprias de existir no mundo.

A construção do gênero, por sua vez, não é homogênea nem universal. De fato, Oyèrónké Oyewùmí (1997, p. 44) alerta que o conceito de gênero é um artefato social fortemente eurocêntrico, o que implica cautela ao aplicá-lo a contextos africanos ou afrodescendentes, onde as relações de poder e identidade se organizam de maneira distinta. Nesse sentido, quando aplicado à realidade periférica brasileira, esse deslocamento teórico permite perceber que os modos socialmente legitimados de habitar as masculinidades e feminilidades não são neutros; pelo contrário, emergem de uma história colonial que impõe hierarquias raciais, sociais e epistemológicas.

Sueli Carneiro (2000) argumenta que os saberes produzidos nos corpos negros e periféricos são frequentemente relegados à marginalidade, invisibilizados por um sistema de conhecimento que privilegia perspectivas brancas e urbanas. Paralelamente, Achille Mbembe (1998) discute como a necropolítica contemporânea define quem pode viver ou morrer socialmente, reforçando que homens negros em territórios periféricos carregam sobre si a marca de uma exposição estrutural à violência, que influencia diretamente a forma como a masculinidade é experimentada e percebida.

Dessa forma, a masculinidade periférica negra não pode ser reduzida a estereótipos simplistas de força ou agressividade. Pelo contrário, ela deve ser analisada como campo de tensão entre opressão histórica e estratégias de resistência, onde os homens constroem sentidos próprios de cuidado, responsabilidade e afetividade, mesmo em contextos de extrema precariedade.

Masculinidades quebradas e suas quebradas

A experiência da masculinidade negra nas periferias brasileiras é atravessada por violência estrutural, racismo e precariedade social, mas também por estratégias de resistência e produção de sentido. Como observa Costa Lima (1998, p. 45), a violência racializada não é um fenômeno individual, mas sim um componente estruturante que molda os modos de viver e a produção da subjetividade desta masculinidade em contextos periféricos. A masculinidade, portanto, não é neutra nem universal; ela se constrói em diálogo com experiências históricas, culturais, territoriais e subjetivas.

Autores contemporâneos e periféricos ampliam essa compreensão ao trazer a voz direta das periferias. Para Sérgio Vaz (2010), a poesia periférica revela uma masculinidade em constante negociação: homens que aprendem a ser fortes para sobreviver, mas que também constroem modos de cuidado e afeto nos pequenos gestos do cotidiano. De forma semelhante, Conceição Evaristo (2018) nos lembra que escrever a própria vivência é uma forma de resistência e afirmação do sujeito, onde a experiência do corpo negro se torna um vetor de conhecimento e de ética para si e para a comunidade.

A literatura também funciona como ferramenta crítica para entender a masculinidade na periferia. Em *Cidade de Deus*, Paulo Lins (1997) apresenta homens jovens que são constantemente desafiados a reproduzir a violência como forma de afirmação da masculinidade, ao mesmo tempo em que a narrativa revela pequenas formas de cuidado, amizade e solidariedade que escapam ao olhar hegemônico. De modo análogo, Carolina Maria de Jesus (1960), em *Quarto de Despejo*, descreve vidas periféricas atravessadas por fome, medo e resistência, mostrando como as condições sociais moldam o corpo e a identidade masculina, mas sem apagar sua humanidade.

A memória histórica também é um elemento crucial. Beatriz Nascimento (1985) ressalta que compreender o passado negro no Brasil é fundamental para perceber como

homens e mulheres periféricos constroem estratégias de sobrevivência, solidariedade e afirmação identitária frente a um sistema que historicamente os marginaliza. A masculinidade periférica negra, portanto, deve ser lida como campo de tensão entre vulnerabilidade e resistência, entre imposições externas e experiências de autonomia, cuidado e criatividade.

Finalmente, a crítica decolonial indica que masculinidade não é apenas questão individual ou comportamental, mas também política e social. Gonzalez (2020) reforça que saberes afro-brasileiros, construídos nas margens da sociedade, oferecem instrumentos epistemológicos para compreender e transformar a experiência masculina, valorizando práticas de cuidado, mesmo em contextos de precariedade.

Escritas vividas de corpos subalternos

O reconhecimento da epistemologia periférica é um passo fundamental para compreender masculinidades negras e os modos de vida das periferias brasileiras. Gonzalez (2020, p. 45) afirma que os saberes produzidos a partir das experiências afro-brasileiras são frequentemente marginalizados pelo sistema acadêmico e cultural hegemônico, que privilegia perspectivas eurocêntricas. Nesse sentido, a epistemologia moderna, apesar de oferecer ferramentas teóricas, muitas vezes ignora ou desconsidera as formas de conhecimento situadas e coletivas das periferias, reproduzindo hierarquias epistemológicas que naturalizam a exclusão. Reconhecer essas epistemologias subalternas é, portanto, um ato político e de resistência, que valoriza experiências historicamente silenciadas e legitima formas de conhecimento emergentes da vivência e do território, abrindo espaço para diálogos que questionam a universalidade e supremacia do saber hegemônico.

A escrita e a memória desempenham papel central nesse processo. Para Conceição Evaristo (2018), permite que corpos subalternizados, sobretudo negros e periféricos, construam narrativas que dialogam com a história, a identidade e a resistência, constituindo não apenas instrumentos para compreender o mundo de forma própria, mas também práticas de elaboração sensível da experiência, capazes de ampliar as possibilidades de existência e relação para sujeitos historicamente atravessados pelo silenciamento de suas subjetividades. Além disso, ao registrar memórias e vivências periféricas, a escrita atua como mecanismo de preservação histórica, resistência cultural e elaboração sensível das experiências vividas, permitindo que trajetórias silenciadas

sejam reconhecidas e incorporadas à narrativa social mais ampla. A chamada escrevivência possibilita que corpos subalternizados, sobretudo negros e periféricos, construam narrativas que dialogam com a história, a identidade e a resistência, produzindo também caminhos de sensibilização, reconhecimento de si e elaboração das subjetividades, sem depender da validação das epistemologias hegemônicas.

Do ponto de vista histórico e estrutural, Sueli Carneiro (2000) reforça que o silenciamento de saberes negros é uma dimensão do racismo estrutural, que não apenas impede a circulação desses conhecimentos, mas também define o que é considerado legítimo ou científico. Assim, a periferia e os corpos negros não apenas resistem às imposições do saber dominante, mas produzem saberes alternativos que questionam categorias universais e estabelecidas, como gênero, poder e família, que são construídos a partir de uma produção subjetiva que é atravessada por esses marcadores.

Em consonância com essa perspectiva, Glissant (1999) propõe a noção de poética da relação, onde a pluralidade de modos de existir é reconhecida e valorizada. Para os contextos periféricos brasileiros, essa ideia reforça que não há uma forma única de masculinidade ou de produção de conhecimento; ao contrário, a diversidade de práticas, narrativas e experiências é o que sustenta a resistência epistemológica.

Portanto, ao integrar literatura periférica, poesia e escrevivência ao debate sobre masculinidade e colonialidade, evidencia-se que os saberes emergentes da periferia não apenas complementam a teoria acadêmica, mas desafiam suas premissas hegemônicas, abrindo espaço para uma reflexão crítica sobre a construção de identidades, corpos e relações sociais. Esse gesto epistemológico não é neutro: ele atua como intervenção política e cultural, reconhecendo saberes produzidos nas periferias como formas legítimas de conhecimento crítico e resistência social (Rocha, 2025).

Esperançar renovos ao destruído

Este ensaio não é apenas um olhar crítico sobre a masculinidade — é um grito. Cada corpo, cada história, cada território periférico nos mostra que força sem sensibilidade oprime, que sensibilidade sem força se perde no silêncio, e que esses atravessamentos históricos, raciais e sociais adoecem e destroem muitos homens — e a mim mesmo. A pressão de viver à sombra de padrões impossíveis, de reproduzir violência ou esconder emoções, corrói corpos, mentes e almas.

As masculinidades dissidentes se manifestam nos gestos mais simples: no cuidado com os outros, na solidariedade silenciosa, na ética que atravessa cada escolha. Mas essas possibilidades não surgem sem luta. É preciso coragem para reconhecer a própria dor, para enfrentar padrões que aprisionam e adoecem, para transformar sofrimento em resistência. É possível ser forte sem perder humanidade, ser esta figura, sem reproduzir violência, existir sem se submeter à lógica da dominação. A poesia da periferia, a escrita, a memória viva de cada experiência são armas e mapas que nos mostram caminhos de sobrevivência, afeto e potência.

Não se trata de idealizar sujeitos ou produzir novos modelos normativos de masculinidade. Trata-se de afirmar a possibilidade de existências masculinas mais completas, sensíveis, éticas e potentes. Isso exige romper com estruturas que adoecem, escutar o próprio corpo e a própria subjetividade e aprender com aquilo que foi historicamente negado, silenciado ou considerado incompatível com o masculino.

A destruição do homem hegemônico não anuncia um vazio, mas a abertura para outras formas de existir. Formas que acolhem o cuidado, a vulnerabilidade, o afeto e a responsabilidade como expressões de força, e não de fragilidade. Formas que aprendem com a periferia, com os corpos negros, com as memórias ancestrais e com as histórias que resistiram aos projetos coloniais de silenciamento. Nessa perspectiva, existir com humanidade torna-se um ato de resistência, uma prática de cura e uma possibilidade de reencantar a vida.

Por isso, encerro este ensaio com uma poesia de minha autoria, atravessada pelas reflexões aqui apresentadas e pelas experiências que mobilizam minha trajetória pessoal e profissional.

O HOMEM NÃO EXISTE

*um corpo despindo a própria história.
não procura herança,
só solta o peso,
o ferro antigo que aprendia a fingir força.
há um nome escorrendo da pele,
um título que cai duro no chão
como dente podre,
como metal cansado.
há algo se desfazendo
na linha entre o peito e o silêncio:
um gesto que era pedra
agora vira água,
e a água não guarda fronteira.
ninguém anuncia a queda,
ela acontece.
ninguém celebra o fim,
mas o fim respira fundo.*

*devagar,
como quem encontra espaço entre ruínas.
não há glória aqui.
nem piedade.
só o brilho de um contorno que se rompe.
e desse estilhaço,
dessa poeira que antes era forma,
surge o rastro de outra coisa,
algo antes do nome,
antes da ordem,
antes do corpo aprender a endurecer.
não é renascimento.
não é vitória.
é só o instante raro
em que o que restou
se permite existir
sem o peso de ser homem.*

*e basta.
por agora,
basta.*

(Brito, 2026, própria autoria).

Referências

- BRITO, L. P. N. **O Homem Não Existe**. Manuscrito não publicado. [S.l.], 2026
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Pallas, 2000.
- COSTA LIMA, L. **Violência e racismo**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- EVARISTO, C. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Nelson Piletti. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GLISSANT, É. **Poética da relação**. Tradução de Patrícia Galvão. Rio de Janeiro: Pallas, 1999.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, b. **O desejo de mudança: masculinidade e amor**. Tradução de Thiago R. Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Global, 1960.
- LINDS, P. **Cidade de Deus**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de Luciano Barros. São Paulo: N-1 Edições, 1998.
- NASCIMENTO, B. **O negro no Brasil: histórias e memórias**. Rio de Janeiro: Pallas, 1985.
- OYEWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: **Colonialidade e modernidade/racionalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 83–122.
- ROCHA, M. S. Epistemologia periférica de libertação: Racionais MC’s e a cultura de luta antirracista nas periferias brasileiras. **Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais**,

v. 5, n. 2, 2025. DOI:10.59488/32. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/read/article/view/69105?>. Acesso em: 01 abr. 2026.

SANTOS, A. B. **A Terra Dá, A Terra Quer**. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

VAZ, S. **Vozes da Periferia**. São Paulo: Letramento, 2010.

VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.